

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL

Paul Singer

Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

ORIGEM DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países.

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária.

Mudanças como estas se registram em muitos países. No Brasil assumiram proporções notáveis, a ponto de tornar a economia solidária uma opção adotada por movimentos sociais e importantes entidades da sociedade civil, como Igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos. Na passagem do século, políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária foram adotadas por muitas municipalidades e alguns governos estaduais.

Com a eleição de Lula à presidência, entidades e empreendimentos do campo da economia solidária resolveram solicitar ao futuro mandatário a criação de uma secretaria nacional de economia solidária no MTE. Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário. A demanda dos movimentos foi bem acolhida pelo então ministro Jacques Wagner, que muito contribuiu para que a Senaes pudesse se instalar e entrosar com as outras secretarias que compõem o MTE.

Convém lembrar que o MTE desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos *assalariados*. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da Senaes representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura.)

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PARTICIPATIVA

A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

O FBES descentralizou sua atividade, organizando fóruns estaduais de economia solidária na maioria das unidades da federação. A Senaes organizou visitas a todos os estados, para levar seu programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” tanto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) como aos fóruns estaduais. Dessa forma, fóruns e DRTs começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da economia solidária nos estados. Mais recentemente, cada DRT designou uma funcionária ou funcionário para responder pelas atividades em prol da economia solidária. Esses servidores estão recebendo formação em economia solidária, de forma sistemática, pela Senaes.

A Senaes só passou a ter dotação orçamentária a partir deste ano, pois começou a funcionar apenas em meados do ano passado. Decidimos empregar os recursos em diferentes projetos: várias prefeituras pediram recursos para construir Centros de Referência de Economia Solidária, para a comercialização de produtos de empreendimentos solidários e para a realização de encontros, seminários e cursos etc.; numerosos pedidos de apoio a feiras e à construção de centros de comercialização vieram de agência de fomento, fóruns estaduais e redes de empreendimentos; pedidos de apoio ao mapeamento da economia solidária em estados e em regiões de estados, a seminários e encontros e à criação de cooperativas também chegaram à Senaes.

Com exceção de uns poucos pedidos que claramente excediam a disponibilidade de fundos da Senaes, todos os outros projetos foram apoiados em alguma medida. Como não havia precedentes, o exame de quase 200 projetos foi utilizado para firmar critérios básicos de avaliação, com toda equipe participando de sua formulação. Nas decisões políticas que definem as linhas de atuação da Senaes, todos os membros da equipe participam. Essa norma aproxima a gestão dela do modelo autogestionário, além de dar oportunidade aos integrantes de se informar sobre as atividades da Senaes e de opinar sobre as opções em debate. As contribuições dos membros da Senaes têm sido vitais para a adoção de políticas coerentes com os princípios da economia solidária e adequadas à realidade socioeconômica em que pretendem incidir.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO COMBATE À PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A resposta mais freqüente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro. Ao mesmo tempo, empregadores pouco escrupulosos utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar os encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autônomo (a lei considera o cooperador trabalhador autônomo). Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços a ponto de abrir mão de muitos dos direitos sociais de seus associados.

A precarização das relações de trabalho não é culpa das cooperativas mas do desemprego em massa, que leva suas vítimas ao desespero, deixando-as dispostas a aceitar trabalho em quase quaisquer condições de remuneração direta e indireta. A degradação do trabalho não cessa de se agravar e no extremo toma a forma de trabalho infantil e trabalho escravo. A economia solidária, aliada aos sindicatos e aos fiscais do MTE, luta pela preservação dos direitos sociais e sua ampliação. Diversos países já adotaram legislação que obriga as cooperativas de trabalho e de produção a garantir aos membros o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores.

A Senaes luta para que o Brasil adote a mesma legislação, inclusive para que cooperativas autênticas de trabalho não sejam confundidas com as falsas pela fiscalização e pelo ministério público do trabalho. Representantes da Senaes no Fórum Nacional do Trabalho tem sustentado a proposta, que está sendo também debatida com os fiscais do trabalho nas DRTs. Ganha apoio na magistratura do trabalho, no ministério público do trabalho e também nas federações de cooperativas de trabalho a idéia de que precisamos de leis que garantam o direito de auto-organização dos trabalhadores em cooperativas e associações, desde que não possam ser usadas para privar os mesmos trabalhadores de seus direitos legais.

O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO COMO FORMA DE COMBATE À POBREZA

A pobreza na maior parte das vezes é condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas a morar juntas onde o custo de morar é baixo, ou seja, em favelas, cortiços ou ... na rua. A necessidade em que se encontram as famílias nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável à sobrevivência. Assim sendo, combater a pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes. Esse desenvolvimento pode ser induzido por agentes externos — ONGs, igrejas, governos etc. — que mobilizam a comunidade, provocam a formulação de projetos de novas atividades econômicas e/ou melhora das existentes e ajudam em sua implementação.

Como seria de esperar, os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da economia solidária. A alternativa seria alguns membros da comunidade assumirem o papel de capitalista e assalariar os demais. Como ninguém tem dinheiro, essa hipótese é improvável. Além disso, a ajuda mútua é essencial ao esforço de gente desprovida de capital para melhorar sua situação social e econômica. O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares.

A Senaes está empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem. Para tanto, diversos ministérios e secretarias do governo federal estão juntando forças. Um ponto crucial é o financiamento dessas iniciativas. O governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas dele. Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro — solidário, popular, comunitário — que diferentes empreendimentos da economia solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil.